

rações subjetivas de freamento, de reterritorialização, que acabo de lembrar, a integração maquínica da humanidade continuará a avançar. Toda a questão está em saber segundo quais modalidades últimas ela se orientará. Irá, como atualmente, contra a corrente das linhas criativas do desejo e das finalidades humanas mais fundamentais — pensemos na imensa miséria, tanto física quanto moral, que reina na maior parte do planeta —? A economia do desejo, ao contrário, conseguirá ficar em harmonia com os progressos técnicos e científicos? Só uma profunda transformação das relações sociais em todos os níveis, um imenso movimento de “retomada” das máquinas técnicas pelas máquinas desejantes, o que eu denomino uma “revolução molecular”, correlativa da promoção de práticas analíticas e micropolíticas novas, permitirão alcançar um tal ajustamento; inclusive, o destino da luta das classes oprimidas — constantemente arriscadas a mergulhar em relações especulares com os poderes constituídos, a reproduzir relações de dominação — me parece estar ligado a esta revolução molecular.

Todas estas considerações, que não posso desenvolver mais extensamente dentro deste trabalho, me levam a afirmar que a análise do inconsciente deve se tornar “assunto de todos”. Significa que ela terá que renovar seus métodos, diversificar suas abordagens, enriquecer-se em contato com todos os campos da criação. Em resumo, fazer exatamente o contrário do que a psicanálise oficial faz atualmente.

Micropolítica do fascismo*

O fascismo é um tema-chave para abordar a questão do desejo no campo social. Além do mais, não conviria aproveitar para falar disso, enquanto ainda se pode fazê-lo livremente?

A proposta de uma micropolítica do desejo não consiste em estabelecer uma ponte entre a psicanálise e o marxismo, enquanto teorias já constituídas. Isto não me parece nem desejável nem possível. Não creio que um sistema de conceitos possa funcionar convenientemente fora de seu meio de origem, fora dos agenciamentos coletivos de enunciação que o produziram. Quando falo de desejo, não estou tomando esta noção emprestada da psicanálise ortodoxa ou da teoria lacaniana. Não pretendo fundar um conceito científico; tento, simplesmente, esboçar um conjunto teórico provisório, onde está em questão o funcionamento do desejo no campo social. Enquanto que não é possível manter juntos numa mesma frase o prazer e o gozo com a revolução — não se pode dizer que exista um “prazer da revolução” ou um “gozo da revolução” —, ninguém mais se espanta, hoje em dia, em ouvir falar de um “desejo de revolução” ou de um “desejo revolucionário”. Isto me parece estar ligado ao fato de que o sentido que geralmente é dado ao prazer e ao gozo seja inseparável de um certo modo de individuação da subjetividade hiper-solitária, que encontra uma espécie de realização no espaço do divã. Não ocorre o mesmo com a libido e o desejo.

O desejo não está intrinsecamente ligado a uma individuação da libido. Uma máquina de desejo encontra formas de individuação, ou seja, de alienação. O desejo não é um desejo ideal, nem tampouco sua repressão. Não há desejo em si nem repressão em si. O ideal de uma “castração bem sucedida” faz parte das mistificações mais reacionárias. O desejo e a repressão funcionam numa sociedade real e são mar-

cados por cada uma de suas etapas históricas; não se trata, pois, de categorias gerais transponíveis de uma situação para outra.

Micro e macropolíticas do desejo

A distinção que propomos estabelecer entre micropolítica e macropolítica do desejo deveria funcionar como algo que tende a liquidar a pretensa universalidade de modelos aventados pelos psicanalistas, e que lhes servem para precaver-se contra contingências políticas e sociais. Considera-se como óbvio que a psicanálise concerne ao que se passa em pequena escala, apenas a da família e da pessoa, enquanto que a política só concerne a grandes conjuntos sociais. Queria mostrar que, ao contrário, há uma política que se dirige tanto ao desejo do indivíduo quanto ao desejo que se manifesta no campo social mais amplo. E isso sob duas formas: seja uma micropolítica que vise tanto os problemas individuais quanto os problemas sociais, seja uma macropolítica que vise os mesmos campos (indivíduo, família, problemas de partido, de Estado, etc.). O despotismo que, freqüentemente, reina nas relações conjugais ou familiares, provém do mesmo tipo de agenciamento libidinal que aquele existente no campo social. Inversamente, não é absurdo abordar um certo número de problemas sociais em grande escala, por exemplo os do burocratismo e do fascismo, à luz de uma micropolítica do desejo. O problema, portanto, não é o de construir pontes entre campos já constituídos e separados uns dos outros, mas de criar novas máquinas teóricas e práticas, capazes de varrer as estratificações anteriores e estabelecer as condições para um novo exercício do desejo. Não se trata mais, neste caso, simplesmente de descrever objetos sociais preexistentes, mas de também intervir ativamente contra todas as máquinas de poder dominante, quer se trate do poder do Estado burguês, do poder das burocracias de toda e qualquer espécie, do poder escolar, do poder familiar, do poder falocrático no casal, e até mesmo do poder repressivo do superego sobre o indivíduo.

Três modos de abordagem da questão do fascismo

Pode-se esquematizar três modos de abordagem dessas questões: um primeiro, sociológico, que qualificaremos de analítico-formalista; um segundo, neomarxista, sintético-dualista, e um terceiro, analítico-político. O primeiro e o segundo mantêm a separação entre os grandes

e os pequenos conjuntos sociais, enquanto que o terceiro tenta ultrapassá-los.

O pensamento *sociológico* analítico-formalista se propõe a distinguir *traços comuns* e separar *espécies*, seja por um método de *analogias sensíveis* — procurará, então, fixar pequenas diferenças relativas, como, por exemplo, distinguir as similitudes e os traços particulares que caracterizaram os três tipos de fascismo, italiano, alemão e espanhol —, seja por um método de *homologias estruturais* — procurará, então, fixar diferenças absolutas, por exemplo, entre o fascismo, o stalinismo e as democracias ocidentais. De um lado, minimizam-se as diferenças para extrair um traço comum, e, do outro, ampliam-se as diferenças para separar planos e constituir espécies.

O Édipo militante neomarxista

O pensamento *sintético-dualista neomarxista* pretende superar tal sistema, não separando jamais a descrição teórica de uma prática social militante. No entanto, esta prática encontra, geralmente, seu limite em um modo de corte de caráter diferente; entre a realidade do desejo das massas e as instâncias que são supostas representá-las. O modo de pensamento sociológico procede coisificando os objetos sociais e desconhecendo o desejo e a criatividade das massas; o do pensamento militante marxista tenta superar este desconhecimento, mas constitui-se, ele próprio, em um sistema coletivo de representação do desejo das massas. Ele só reconhece a existência de um desejo revolucionário à medida que consegue impor-lhe a mediação da representação teórica do marxismo e da representação prática do Partido, suposto ser sua expressão. Instala-se, assim, todo um mecanismo de correias de transmissão entre a teoria, a direção dos partidos e os militantes, de modo que as inúmeras diferenças que atravessam o desejo das massas encontram-se “massificadas” e reduzidas a formulações padronizadas, cuja necessidade se pretende justificar, em nome da coesão da classe operária e da unidade de seu partido. Passou-se da impotência de um sistema de representação mental à impotência de um sistema de representatividade social. De fato, não é por acaso que este método de pensamento e de ação neomarxista perde-se em práticas burocráticas; isto se deve ao fato dele nunca ter, realmente, livrado sua pseudodialética de um dualismo ranheta entre a representação e a realidade, entre a casta dos portadores das boas palavras de ordem e as massas que se pretende alfabetizar e catequizar. Este dualismo redutor dos neomarxistas reencontraremos por toda parte: ele contamina sua

concepção da oposição esquemática entre a cidade e o campo, suas alianças internacionais, sua política do campo da paz e do campo da guerra, etc. Esse sistema de bipolarização de qualquer problema, que gira em torno de um objeto terceiro, nem por isso constitui uma "síntese dialética". Este objeto coloca, essencialmente, em jogo o poder e, em primeiro lugar, o poder do Estado e o contrapoder do Partido, que se propõe a tomar seu controle e que não pára de reproduzir quase *ipsis litteris* a mesma modalidade de poder. Qualquer luta parcial é reduzida a este tipo de objeto terceiro transcendente; tudo deve tomar *significação* a partir dele, até mesmo quando a história real o mostra naquilo que é, ou seja, um logro; da mesma forma que ocorre com o objeto fálico da relação triangular edipiana. Poder-se-ia, aliás, dizer deste dualismo e do objeto transcendente por ele erigido que constituem o núcleo do Édipo militante com o qual deverá se confrontar uma análise política.

Uma micropolítica do desejo

Uma análise política que se pretendesse inseparável de uma política da análise, só poderia recusar-se a deixar subsistir o corte tradicional entre os grandes conjuntos sociais e os problemas individuais, familiares, escolares, profissionais, etc. Não mais se trataria de reduzir mecanicamente a problemática das situações concretas a uma simples alternativa de classes ou de campos e de pretender encontrar todas as respostas, a partir da ação de um partido revolucionário único, depositário central da verdade teórica e prática. Portanto, uma micropolítica do desejo não mais se proporia a *representar* as massas e a *interpretar* suas lutas. Isso não quer dizer que ela condene, *a priori*, toda ação de partido, toda idéia de linha, de programa, ou mesmo de centralismo; mas ela se esforça para situar e relativizar sua ação, em função de uma prática analítica, opondo-se passo a passo aos hábitos repressivos, ao burocratismo, ao maniqueísmo moralizante que contaminam atualmente os movimentos revolucionários. Deixaria de se apoiar em um objeto transcendente para ter segurança; não mais se centraria num só ponto: o poder de Estado — a construção de um partido representativo capaz de conquistá-lo, no lugar das massas. Ela investiria, ao contrário, uma multiplicidade de objetivos ao alcance imediato dos mais diversos conjuntos sociais. É a partir do acúmulo de lutas parciais — e esse termo já é um equívoco, pois elas não são parte de um todo já constituído — que poderiam desencadear-se lutas coletivas de grande envergadura.

Uma multiplicidade de desejos moleculares

A idéia de micropolítica do desejo implica, portanto, um questionamento radical dos movimentos de massa decididos centralizadamente e que fazem funcionar indivíduos serializados. O que se torna essencial é conectar uma multiplicidade de desejos moleculares, conexão esta que pode desembocar em efeitos de "bola de neve", em provas de força em grande escala. Exatamente o que se passou no começo do movimento de Maio de 68: a manifestação local e singular do desejo de pequenos grupos encontrou ressonância em uma multiplicidade de desejos reprimidos, isolados uns dos outros, esmagados pelas formas dominantes de expressão e de representação. Em tal situação, não se está mais em presença de uma *unidade* ideal, representando e mediando interesses *múltiplos*, mas de uma *multiplicidade equívoca* de desejo, cujo processo secreta seus próprios sistemas de referências e de regulação. Essa multiplicidade de máquinas desejanças não é composta de sistemas standardizados e ordenados, que se poderia disciplinar e hierarquizar, em função de um objetivo central. Ela se estratifica, segundo diferentes conjuntos sociais, de acordo com as faixas etárias, os sexos, as origens geográficas e profissionais, as práticas sexuais, etc. Não realiza uma unidade totalizante. É a univocidade dos desejos e dos afetos das massas, e não seu agrupamento em torno de objetivos padronizados, que funda a unidade de sua luta. A unificação aqui não é antagônica à multiplicidade e à heterogeneidade dos desejos, como era o caso quando estes eram "tratados" por uma máquina totalitária-totalizante de um partido representativo.

*A fala fora do sujeito*¹

Nesta perspectiva, a expressão teórica não mais se interpõe entre o objeto social e a práxis. O objeto social é colocado em condições de tomar a palavra, sem ter que recorrer a instâncias representativas para exprimir-se. A coincidência entre a luta política e a análise do desejo implica, desde então, que o "movimento" permaneça na escuta constante de qualquer pessoa que se exprima a partir de uma posição de desejo, mesmo e sobretudo que ela se situe "fora do assunto", "fora do sujeito". Em família, reprime-se uma criança que se exprime "fora do assunto", "fora do sujeito", e isto continua na escola, no quartel, na fábrica, no sindicato, na célula do partido. É preciso se estar sempre "no assunto", "no sujeito" e "na linha", mas o desejo, por sua própria natureza, tem sempre a tendência de "sair do assunto", "sair

do sujeito" e derivar. Um agenciamento coletivo de enunciação dirá algo do desejo sem reduzi-lo a uma individuação subjetiva, sem enquadrá-lo num sujeito, num assunto, preestabelecido ou em significações previamente codificadas. A análise, nestas condições, não poderia se instaurar "acima" do estabelecimento dos termos e das relações de força; "após" a cristalização do *socius* em diversas instâncias fechadas umas em relação às outras: ela participa dessa cristalização, tornou-se imediatamente política. "Quando dizer é fazer", atenua-se a divisão de trabalho entre os especialistas do dizer e do fazer.

Os agenciamentos coletivos de enunciação

Os agenciamentos coletivos de enunciação produzem seus próprios meios de expressão — podendo tratar-se de uma língua especial, de uma gíria, da volta de uma língua antiga. Para eles, trabalhar os fluxos semióticos, os fluxos materiais ou os fluxos sociais são uma só coisa. Não mais se tem face a face um sujeito e um objeto e, em terceira posição, um meio de expressão; não mais se tem a tripartição entre o campo da realidade, o campo da representação e da representatividade e aquele da subjetividade. O que se tem é um agenciamento coletivo que é, ao mesmo tempo, sujeito, objeto e expressão. O indivíduo não mais é aquele que responde universalmente pelas significações dominantes. Aqui, tudo pode participar da enunciação — tanto indivíduos quanto zonas do corpo, trajetórias semióticas ou máquinas ligadas em todas as direções. O agenciamento coletivo de enunciação une os fluxos semióticos, os fluxos materiais e os fluxos sociais, muito aquém da retomada que pode fazer dele um *corpus* lingüístico ou uma metalinguagem teórica. Como é possível tal passagem? Trata-se, aqui, de um retorno às utopias anarquistas? Querer dar palavra às massas, numa sociedade industrial altamente diferenciada, não é uma ilusão? Como um objeto social — um grupo sujeito — poderia substituir o sistema das representações e as ideologias? À medida que avanço em minha exposição, um paradoxo se interpõe: como é concebível falar dessas espécies de agenciamento coletivo de enunciação, sentado numa cadeira, frente a um público comportadamente arrumado numa sala? Tudo o que estou dizendo leva a estabelecer que uma verdadeira análise política não poderia depender de uma enunciação individuada, menos ainda quando ela é o fato de um conferencista estrangeiro e, portanto, estranho à língua e aos problemas de seu auditório! Um enunciado individual só tem alcance na medida em que pode entrar em conjunção com agenciamentos coletivos já funcionando efetivamente...

Minha fala periga então de se destruir a si mesma. Minha única "porta de saída" está na sala, pois, com efeito, um discurso desse tipo só poderia se sustentar na condição de ser revezado por aqueles que o escutam... ou o suportam. Senão, a quem é que se está falando? A um interlocutor universal? A alguém que já conhece os códigos, as significações e todas as combinações possíveis? A enunciação individuada é prisioneira das significações dominantes. Só um grupo sujeito pode trabalhar os fluxos semióticos, quebrar as significações, abrir a linguagem para outros desejos e forjar outras realidades!

A análise micropolítica do fascismo

Voltemos à questão do fascismo e às suas relações com o stalinismo e as "democracias" do tipo ocidental. Não se trata, para nós, de fazer comparações redutoras mas, ao contrário, de tornar os modelos complexos, e isto até o ponto em que todo o processo posto em jogo esteja sob controle. A análise aqui não é gratuita, ela diz respeito tanto ao presente quanto ao passado.

Há toda espécie de fascismo, toda espécie de stalinismo e toda espécie de democracia burguesa. E estes três conjuntos se deslocam em numerosos subconjuntos, desde que se venha a considerar a situação das componentes, como a máquina industrial, a máquina bancária, a máquina militar, a máquina político-policial, as tecnoestruturas estatais, a Igreja, etc. O importante seria chegar-se a desvendar as componentes que fizeram funcionar essa ou aquela fórmula de poder. Os sistemas totalitários contemporâneos inventaram um certo número de protótipos de partido policial; o partido policial nazista, por exemplo, mereceria ser estudado em comparação com o partido policial stalinista; eles talvez sejam mais próximos um do outro do que as componentes estatais correspondentes a cada um destes sistemas. Seria interessante distinguir as diversas espécies de máquinas de desejo que entram em sua composição. E a gente perceberia, então, que não dá para se contentar em ver as coisas com tanta distância assim.

Molecularizar os objetos de análise

A análise só poderia progredir, de fato, na condição de avançar cada vez mais no sentido de uma molecularização de seu objeto, o que lhe permitirá captar mais acuradamente sua função no seio dos grandes conjuntos sociais. Não há *um* partido nazista; não só este evoluiu,

como em cada período teve uma função diferente, segundo os diversos campos nos quais interveio. A máquina SS de Himmler não era a mesma que a dos SA, e ambas eram diferentes das organizações de massas, tal como as concebiam os irmãos Strasser. No próprio seio da máquina SS, descobriríamos certos aspectos de inspiração quase religiosa — lembremo-nos que Himmler desejava que os SS fossem formados segundo métodos similares aos dos jesuítas —, coexistindo com práticas francamente sádicas, como as de um Heydrich. Não se trata aqui de uma pesquisa gratuita, mas sim de uma recusa das simplificações que nos impedem de apreender a *genealogia* e a *permanência* de certas maquinarias fascistas. A Inquisição já havia instalado uma certa máquina fascista que só se efetivaria muito mais tarde com o partido jacobino, os partidos bolcheviques, os partidos fascistas, etc. Tal análise dos componentes moleculares do fascismo poderia, assim, concernir aos mais variados campos, tanto na escala macropolítica, quanto na escala microscópica. Ela deveria propiciar-nos entender melhor como o mesmo fascismo, sob outras formas, continua funcionando, hoje, na família, na escola ou num sindicato.

A máquina totalitária

Há inúmeras maneiras de abordar essas questões do desejo no campo social. Pode-se, pura e simplesmente, ignorá-las ou reduzi-las a alternativas políticas simplificadas. Pode-se, também, procurar apreender suas mutações, seus deslocamentos e as novas possibilidades que abrem para uma ação revolucionária. O stalinismo e o fascismo foram, por muito tempo, considerados como sendo de ordens de definição radicalmente diferentes, ao passo que se classificava as diferentes formas de fascismos numa mesma rubrica. No entanto, as diferenças são, talvez, muito maiores entre os próprios fascistas do que entre certos aspectos do stalinismo e certos aspectos do nazismo. Sem querer forçar comparações nem desembocar em amálgamas — do tipo Hannah Arendt, que denunciava Jean-Pierre Faye² —, somos obrigados a admitir a continuidade de um mesmo maquinismo totalitário, buscando seu caminho através de *todas as estruturas* fascistas e stalinistas, democratas burguesas, etc. Sem voltar até o Baixo Império de Diocleciano e Constantino, pode-se apontar sua filiação, nas condições do capitalismo, desde a repressão contra os *communards*³ de 1871, até suas formas atuais. Diferentes “fórmulas” de captura do desejo das massas foram assim produzidas pelos diferentes sistemas totalitários, em função da transformação das forças produtivas e das relações de

produção. Devia-se fazer um esforço para extrair sua *composição maquínica* — um pouco como uma espécie de composição química, mas de uma química social do desejo que atravessa, não apenas a História, mas também o conjunto do espaço social.

A transversalidade histórica das máquinas de desejo, sobre as quais se apóiam os sistemas totalitários, é inseparável de sua transversalidade social. A análise do fascismo não poderia, portanto, ser uma simples especialidade de historiador, pois aquilo que ele colocou para funcionar ontem, repito, continua a proliferar sob outras formas, no conjunto do espaço social contemporâneo. Toda uma química totalitária trabalha as estruturas do Estado, as estruturas políticas e sindicais, as estruturas institucionais e familiares, e até as estruturas individuais, na mesma medida em que se pode falar, como o evocamos antes, numa espécie de fascismo do superego na culpabilidade e na neurose.

As montagens maquínicas infra-humanas do capitalismo

A evolução da divisão social do trabalho implicou na constituição de conjuntos produtivos cada vez mais gigantescos. Mas este agigantamento da produção provocou uma molecularização cada vez mais acentuada dos elementos humanos que eles colocavam em jogo nos agenciamentos maquínicos da indústria, da economia, da formação, da informação, etc. Nunca é um homem que trabalha — e pode-se dizer o mesmo quanto ao desejo —, mas um agenciamento de órgãos e máquinas. Um homem não mais se comunica diretamente com seus semelhantes: os órgãos, as funções, participam de uma “montagem” maquínica, que coloca em conjunção cadeias semióticas e todo um cruzamento de fluxos materiais e sociais. (Exemplo: dirigindo um carro, os olhos lêem a estrada, praticamente sem intervenção da consciência; a mão e o pé estão integrados às engrenagens da máquina, etc.) Em contrapartida ao fato de terem explodido as territorialidades humanas tradicionais, as forças produtivas estão hoje aptas para liberar a energia “molecular” do desejo. Não podemos avaliar, ainda, o alcance revolucionário desta revolução maquínico-semiótica, mas ela é manifestamente irreversível. É, aliás, o que leva os sistemas totalitários e socialistas-burocráticos a aperfeiçoar e a miniaturizar ininterruptamente seus sistemas repressivos.

A determinação da composição maquínico-semiótica das diferentes formações de poder constitui portanto, a meu ver, uma condição essencial das lutas micropolíticas do desejo, seja qual for o campo. Por

falta de uma análise do gênero, oscila-se constantemente, entre uma posição de abertura revolucionária “aventurista” e uma posição de fechamento totalitário. A análise molecular não pode ser senão a expressão de um agenciamento de potências moleculares, associando teoria e prática. Não se trata, então, como quiseram nos acusar, de tomar a História pelo lado mesquinho das coisas ou de pretender, como Pascal, que, se o nariz de Cleópatra tivesse sido mais comprido, o curso da História teria mudado. Trata-se apenas de não perder o impacto do maquinismo totalitário que não pára de evoluir, de se adaptar à mercê das relações de força e das transformações da sociedade. O papel de Hitler, enquanto indivíduo portador de um certo tipo de competência, foi, certamente, desprezível, mas seu papel, enquanto cristizador de uma nova figura desta máquina totalitária, foi e continua sendo fundamental. Hitler ainda está vivo! Ele circula nos sonhos, nos delírios, nos filmes, nos comportamentos torturadores dos policiais, entre os bandos de jovens que veneram seus ícones, sem nada conhecerem do nazismo!

As cristalizações fascizantes

Paremos um pouco na questão histórica que continua a “trabalhar” de maneira subterrânea os assuntos políticos mais atuais. Por que o capitalismo alemão, depois da debandada de 1918 e da crise de 1929, não se contentou em se apoiar numa simples ditadura militar? Por que Hitler, ao invés do General Von Schleicher? Daniel Guérin nos diz a este respeito que o Grande Capital hesitou em “privar-se” deste meio incomparável, insubstituível, de penetrar em todas as células da sociedade, que são as organizações das massas fascistas.⁴ Efetivamente, uma ditadura militar não teria conseguido esquadrihar as massas com a mesma eficácia que um partido organizado de modo policial. Uma ditadura militar não capta a energia libidinal da mesma maneira que uma ditadura fascista, mesmo que alguns de seus resultados possam parecer idênticos, mesmo que se chegue às mesmas espécies de métodos repressivos, às mesmas torturas, aos mesmos campos, etc. A conjunção na pessoa de Hitler de pelo menos quatro séries libidinais fez cristalizar nas massas a mutação de um novo maquinismo desejante:

- um certo estilo plebeu que lhe dava condições de apoiar-se em pessoas mais ou menos marcadas pelas máquinas sociais democratas e bolcheviques;
- um certo estilo veterano de guerra, simbolizado pela sua Cruz de Ferro da guerra de 1914, que lhe dava condições de neu-

tralizar os elementos do estado-maior militar, já que não podia ganhar sua total confiança;

- um oportunismo de negociante, um certo jogo de cintura, uma debilidade que lhe dava condições de negociar com os magnatas da indústria e das finanças, deixando-os, ao mesmo tempo, crer que poderiam controlá-lo e manipulá-lo facilmente;
- enfim, e talvez isso seja o essencial, um delírio racista, uma energia paranóica louca, que o colocava no diapasão da pulção de morte coletiva que havia exalado dos ossários da Primeira Guerra Mundial. É óbvio que esta descrição fica demasiado esquemática! Mas o ponto sobre o qual eu queria insistir, e que aqui só daria para evocar, é o fato de que as condições locais da “irresistível ascensão” do *Führer*, a cristalização maquina singular do desejo que se operou sobre o nome, o rosto, os gestos, a fala de Hitler, não poderiam ser tidas como negligenciáveis!

Permanência do fascismo

É toda uma micropolítica que está em jogo a este nível, e, repito, não se trata, em absoluto, de um problema histórico, biográfico ou psicanalítico puramente especulativo. A micropolítica que fabricou Hitler nos concerne aqui e agora, no seio dos movimentos políticos sindicais, no seio dos grupelhos, na vida familiar, escolar, etc., na medida em que novas microcristalizações fascizantes substituem-se às antigas, no mesmo filo do maquinismo totalitário. Sob o pretexto de que o papel do indivíduo na História seria desprezível, nos aconselham a ficar de braços cruzados diante das gesticulações histéricas ou as manipulações paranóicas dos tiranos locais e dos burocratas de toda espécie. O papel de uma micropolítica do desejo será o de opor-se a uma tal renúncia e de recusar-se a deixar passar toda e qualquer fórmula de fascismo, seja qual for a escala em que se manifeste. O cinema e a televisão gostariam de nos fazer crer que o nazismo, no fundo, não passou de um mau momento, uma espécie de erro histórico e, também, uma bela página de História para os heróis. Não eram emocionantes aquelas bandeiras misturadas do capitalismo e do socialismo? Queriam nos fazer acreditar na existência de um antagonismo real entre o eixo fascista e os aliados. De fato, o que estava, na ocasião, em questão, era a *seleção* de um bom modelo. A fórmula fascista ia de mal a pior. Tornara-se necessário eliminá-la e encontrar uma melhor.

Radek tinha definido o nazismo como algo exterior à burguesia; ele o comparava com uma série de círculos de ferro com os quais a burguesia tentava consolidar “o barril furado do capitalismo”. Mas a imagem era exageradamente tranqüilizadora. O fascismo permaneceu exterior à burguesia, em termos; esta só decidiu rejeitá-lo a partir do momento em que se convenceu de que, em razão de sua instabilidade e do desejo demasiadamente poderoso que ele despertava nas massas, ameaçava fazer explodir de dentro os regimes da democracia burguesa.

A seleção das máquinas totalitárias

Aceito na fase paroxística da crise, o remédio mostrou-se, depois, mais perigoso que o próprio mal. No entanto, o capitalismo internacional não podia pensar em eliminá-lo, senão na medida que tivesse a seu alcance outros meios para controlar a luta de classes, uma vez que já tivesse experimentado outras fórmulas totalitárias para dominar o desejo das massas. A partir do momento em que o stalinismo negociara tal fórmula de substituição, a aliança com ele tornava-se possível. A ditadura stalinista apresentava muito mais vantagens do que a hitleriana. Os regimes fascistas, efetivamente, não conseguiram cercar o problema como deviam. A missão impossível conferida a seus líderes consistia em:

- estabelecer um compromisso entre diferentes formações de poder que procuravam guardar sua autonomia: a máquina militar, as facções político-policiais, o aparelho econômico, etc.;⁵
- reprimir e canalizar a efervescência revolucionária sempre suscetível de renascer no contexto apocalíptico da época. Liquidando uma por uma as antigas classes políticas, as nacionalidades colonizadas mais turbulentas, os velhos bolcheviques, os jovens burocratas, etc., a máquina stalinista iria muito além da máquina nazi, no aperfeiçoamento do modelo repressivo. Os nazistas exterminaram milhões de judeus e centenas de milhares de militantes de esquerda; na medida em que estes extermínios atingiam elementos que eles consideravam exteriores à sua raça, bodes expiatórios, estes extermínios tinham algo de sacrificatório. Não se pode dizer que os nazistas se lançaram sistematicamente ao ataque dos dirigentes da burguesia alemã. O método stalinista foi totalmente diferente. A força do burocratismo soviético talvez tenha sido a de ter espalhado o terror por toda parte, inclu-

sive em seu próprio seio, muito além do que os SS tinham sido levados a fazê-lo, em certas circunstâncias, no seio do aparelho de enquadramento nazista. De qualquer maneira, o objeto da aliança entre as democracias ocidentais e o totalitarismo stalinista não foi, absolutamente, o de “salvar a democracia”. Tratava-se, antes de mais nada, de eliminar uma máquina louca que ameaçava seu próprio sistema de dominação. Durante todo este período, uma espécie de crise de fim de mundo tomou conta do planeta; é como se todos os antigos mecanismos reguladores social-democratas, sindicais, etc. — a partir dos quais os antigos equilíbrios podiam ser mantidos — se revelassem carentes. É verdade que não se deve esquecer que as organizações de esquerda tinham sido previamente liquidadas na Itália e na Alemanha. Mas por que teriam elas desabado como castelos de areia? Elas nunca haviam proposto às massas alguma verdadeira alternativa, nada que pudesse captar sua vontade de luta e sua energia do desejo ou, pelo menos, desviá-las da religião fascista (as análises de Reich, sobre este aspecto, me parecem definitivas). Enfatizou-se, freqüentemente, que os regimes fascistas, quando iniciaram, trouxeram um mínimo de soluções econômicas aos problemas mais urgentes — falso arranque econômico, reabsorção do desemprego, programação de grandes obras, controle de capitais —, e se opõe estas medidas, por exemplo, à impotência dos governos social-democratas da República de Weimar. As pessoas se contentam com explicações do gênero: os socialistas e os comunistas tinham um programa ruim, maus dirigentes, má organização e péssimas alianças. E não se acabaria nunca de enumerar suas fraquezas e traições. Mas nada nessas explicações dá conta do fato de que a nova máquina desejante totalitária tenha podido cristalizar-se nas massas, a ponto de ser sentida pelo próprio capitalismo internacional como mais perigosa ainda do que a ditadura nascida da Revolução de Outubro. O que não se quer ver é que a máquina fascista, em sua forma italiana ou alemã, ameaçava o capitalismo e o stalinismo, porque as massas investiam nela uma fantástica pulsão de morte coletiva. Ao reterritorializar seu desejo em um chefe, um povo, uma raça, elas aboliam, numa fantasia de catástrofe, uma realidade que detestavam e que os revolucionários não tinham sabido ou querido tocar. A virilidade, o sangue, o espaço vital, a morte, substituíam, para

elas, um socialismo demasiadamente respeitoso dos valores dominantes. E isto, apesar da má fé intrínseca do fascismo, daquelas falsas provocações às raias do absurdo, de todo seu teatro de histeria coletiva e de debilidade que os trazia de volta a estes mesmos valores. Mas, no final das contas, o desvio no fascismo era, seguramente, muito maior, e a mistificação e a sedução muito mais intensas do que no stalinismo. Todas as significações fascistas acabam caindo numa representação composta de amor e de morte, passando Eros e Tânatos a confundir-se. Hitler e os nazistas lutavam pela morte, inclusive, e sobretudo, a da Alemanha. E as massas alemãs aceitaram segui-los até à destruição delas próprias. Seria, efetivamente, impossível compreender de outra maneira que elas tenham aceitado continuar a guerra tantos anos depois de terem-na manifestamente perdido. Ao lado de um tal fenômeno, a máquina stalinista, sobretudo vista de fora, parecia muito mais prudente. Ela não era apenas implacável. Era, sobretudo, muito mais estável. Não é de se espantar que o capitalismo inglês e americano não tivessem muita apreensão em aliar-se a ela. Após a liquidação da Terceira Internacional, ela se apresentava como um sistema de reposição para manter as massas sob controle. Quem melhor que a polícia stalinista e seus agentes, no período de reconstrução, estaria em condições de controlar os movimentos mais turbulentos da classe operária, das massas coloniais e das minorias nacionais oprimidas?

Máquinas totalitárias capitalistas

Diferentemente do fascismo, as máquinas totalitárias capitalistas, ao mesmo tempo que captam a energia do desejo dos trabalhadores, esforçam-se para dividi-los, particularizá-los e molecularizá-los. Infiltram-se em suas fileiras, suas famílias, seus casais, sua infância; instalam-se no coração de sua subjetividade e de sua visão de mundo. O capitalismo teme os grandes movimentos de massa. *Ele procura apoiar-se em sistemas automáticos de regulação.* É o papel que é destinado ao Estado e aos mecanismos de contratualização entre os “parceiros sociais”, aos Equipamentos Coletivos e aos meios de comunicação de massa. E, quando um conflito transborda os quadros preestabelecidos, procura limitá-lo a guerras econômicas ou guerras locais. Deste ponto de vista, somos obrigados a reconhecer que a máquina totalitária

stalinista está agora prestes a ser totalmente superada por aquela do totalitarismo ocidental. O que era qualidade do Estado stalinista em relação ao Estado nazista, tornou-se seu principal defeito, em relação aos “Estados democráticos”. O Estado stalinista tinha sobre o fascismo a vantagem de uma estabilidade maior; o Partido não era colocado no mesmo plano que a máquina militar, a máquina policial e a máquina econômica. Ele sobrecodificava rigorosamente todas as máquinas de poder, e esquadrinhava implacavelmente as massas. Além disso, conseguia segurar as rédeas da vanguarda do proletariado internacional. A falência do stalinismo clássico — que é, sem dúvida, um dos traços mais marcantes do período atual — se deve, provavelmente, ao fato de ele não ter podido adaptar-se à evolução das forças produtivas e, em particular, àquilo que chamei de molecularização da força de trabalho. Isto se traduziu no interior da Rússia por uma série de crises políticas e econômicas, por deslocamentos sucessivos de poder, que restituíram, em detrimento do Partido, uma autonomia de fato, relativa, porém fundamental, às máquinas do Estado, da produção, do exército, das regiões, etc. Por toda parte as questões nacionais e regionais, os particularismos, voltaram a ter um peso determinante. Isso permitiu, entre outras coisas, aos países da Cortina de Ferro recuperar uma certa liberdade de ação, e aos países capitalistas recuperar e integrar, parcialmente, seus partidos comunistas locais. Deste ponto de vista, a herança de Stalin se perdeu completamente. É verdade que o stalinismo continua a sobreviver em alguns partidos e sindicatos, mas ele hoje funciona mais próximo do antigo modelo social-democrata e, por esta razão, as lutas revolucionárias autônomas e as lutas de desejo, como as de Maio de 68 ou da LIP,⁶ tenderão cada vez mais a escapar-lhe.

Desterritorialização da produção e molecularização do fascismo

O que assegura a passagem das grandes entidades fascistas clássicas à molecularização do fascismo a que assistimos hoje? O que acarreta a desterritorialização das relações humanas? O que as faz perder suas bases nos grupos territoriais, familiares, no corpo, nas faixas etárias, etc.? Qual é a natureza desta desterritorialização, que gera, por sua vez, a escalada de um microfascismo? Não se trata de uma mera questão de orientação ideológica ou estratégica por parte do capitalismo, mas de um processo material fundamental: é pelo fato de as sociedades industriais funcionarem a partir das máquinas semióticas

que decodificam, cada vez mais, todas as realidades, todas as territorialidades anteriores; é pelo fato de as máquinas técnicas e sistemas econômicos serem cada vez mais desterritorializados, que estão em condições de liberar fluxos de desejo cada vez maiores; ou, mais exatamente, é pelo fato de seu modo de produção ser forçado a operar esta liberação, que as formas de repressão também são levadas a se molecularizarem. Uma simples repressão maciça, global, cega não é mais suficiente. O capitalismo é obrigado a construir e impor seus próprios modelos de desejo, e é essencial para sua sobrevivência que consiga fazer com que as massas que ele explora os interiorizem. Convém atribuir a cada um: uma infância, uma posição sexual, uma relação com o corpo, com o saber, uma representação do amor, da honestidade, da morte, etc. As relações de produção capitalistas não se estabelecem só na escala dos grandes conjuntos sociais; é desde o berço que modelam um certo tipo de indivíduo produtor-consumidor. A molecularização dos processos de repressão e, por consequência, esta perspectiva de uma micropolítica do desejo não estão ligadas a uma evolução de idéias, mas a uma transformação dos processos materiais, a uma desterritorialização de todas as formas de produção, quer se trate da produção social ou da produção desejante.

Por não dispor de modelos comprovados, e considerando a desadaptação das antigas fórmulas fascistas, stalinistas e, talvez, também social-democratas, o capitalismo é levado a buscar, em seu próprio seio, fórmulas de totalitarismo melhor adaptadas. Enquanto não as tiver encontrado, será tomado, em contracorrente, por movimentos que se situarão em frentes, para ele, imprevisíveis (greves selvagens, movimentos de autogestão, lutas de imigrados, de minorias raciais, subversão nas escolas, nas prisões, nos hospícios, lutas pela liberdade sexual, etc.). Esta nova situação, onde não se está mais lidando com conjuntos sociais homogêneos, cuja ação possa ser facilmente canalizada para objetivos unicamente econômicos, tem como contrapartida fazer proliferar e exacerbar respostas repressivas. Ao lado do fascismo dos campos de concentração — que continuam a existir em inúmeros países⁷ —, desenvolvem-se novas formas de fascismo molecular: um banho-maria no familialismo, na escola, no racismo, nos guetos de toda natureza, supre com vantagens os fornos crematórios. Por toda a parte, a máquina totalitária experimenta estruturas que melhor se adaptem à situação: isto é, mais adequadas para captar o desejo e colocá-lo a serviço da economia de lucro. Dever-se-ia, portanto, renunciar definitivamente a fórmulas demasiado simplistas do gênero: “o fascismo não passará”. Ele não só já passou, como passa sem parar. Passa através da mais fina malha; ele está em constante evolução;

parece vir de fora, mas encontra sua energia no coração do desejo de cada um de nós. Em situações aparentemente sem problemas, catástrofes podem aparecer de um dia para o outro.⁸ O fascismo, assim como o desejo, está espalhado por toda parte, em peças descartáveis, no conjunto do campo social; ele toma forma, num lugar ou noutro, em função das relações de força. Pode-se dizer dele, ao mesmo tempo, que é superpotente e de uma fraqueza irrisória.

Em última análise, tudo depende do talento dos grupos humanos em se tornarem sujeitos da História, isto é, em agenciar, em todos os níveis, as forças materiais e sociais que se abrem para um desejo de viver e mudar o mundo.

NOTAS

(1) N. do Trad.: No original, *parole hors sujet*, expressão lacaniana que traduziríamos por “fala fora do sujeito”. O texto joga com o duplo sentido da palavra *sujet*: sujeito e assunto, tema. Na ausência de uma palavra em português que contenha esses dois sentidos, o que é indispensável para a compreensão do texto, optamos por desdobrar, excepcionalmente, a expressão em “fora do assunto” e “fora do sujeito”.

(2) Cf. *La Critique du Langage et Son Economie* de Jean-Pierre Faye, Galilée.

(3) N. do Trad.: Nome dado aos que participaram da Comuna de Paris.

(4) *Fascisme et Grand Capital*, Maspero.

(5) Nem é preciso repetir que estamos simplificando as coisas ao extremo. Não houve, por exemplo, uma atitude homogênea por parte dos capitalistas. Krupp, de início hostil a Hitler, só aderiu mais tarde.

(6) N. do Trad.: LIP é o nome de uma fábrica francesa de relógios e passou a ser também e sobretudo o nome de um lance de revolução molecular conhecido internacionalmente: uma interessante experiência de autogestão se deu nesta fábrica, conseguindo manter-se por muito tempo. Resumindo: na década de 60, sob alegação de falência, estava em negociação a venda dos meios de produção da LIP a uma multinacional, por iniciativa patronal e com apoio do Estado. Desencadeou-se um movimento de resistência nas bases operárias, que em Maio de 68 intensificou-se, prosseguindo depois com ocupação ativa: apropriação dos meios de produção, autogestão da produção, da distribuição e dos lucros. Faziam-se vendas selvagens — de cuja organização participaram alguns grupos esquerdistas — e os lucros eram divididos entre os operários. Os altos rendimentos provavam a inoportunidade da falência.

Também no campo sindical este movimento foi um lance de revolução molecular — tanto a CGT quanto a CFDT, as duas centrais sindicais francesas, tentaram recuperar o movimento e forçar negociações, mas não conseguiram. LIP, ao contrário, provocou importante questionamento da organização sindical.

Houve violentas tentativas da polícia para desocupar as instalações da LIP. Em vão: a luta da LIP persiste, com menos intensidade, ainda hoje, e sua venda à multinacional não pôde ser realizada.

Há um documentário cinematográfico sobre esta luta, realizado por SLON, cooperativa de que participa Chris Marker; há também inúmeros artigos e livros, entre os quais o de René Lourau *L'Analyseur LIP*, 10/18, 1974.

(7) Uma das maiores preocupações do capitalismo contemporâneo é a busca de formas de totalitarismo adaptadas ao Terceiro Mundo.

(8) Um desastre como o do Chile deveria nos levar a desconfiar, de uma vez por todas, dos blá-blá-blás social-democratas — o exército chileno não era, segundo Allende, “o exército mais democrático do mundo”? *Uma máquina totalitária enquanto tal, seja qual for o regime político do país onde ela está implantada, cristaliza sempre um desejo fascista.* O exército de Trotski, o exército de Mao ou o de Castro não constituem nenhuma exceção. O que, aliás, não retira nada de seus respectivos méritos.

O capital como integral das formações de poder*

O capital não é uma categoria abstrata, é um operador semiótico a serviço de formações sociais determinadas. Sua função é de assumir o registro, a regulação, a sobre-codificação das formações de poderes próprios às sociedades industriais desenvolvidas, das relações de força e dos fluxos relativos ao conjunto das potências econômicas do planeta. Encontramos, também, em múltiplas formas, sistemas de capitalização dos poderes nas sociedades mais arcaicas (capital de prestígio, capital de potência mágica, encarnando-se num indivíduo, numa linhagem, numa etnia). Mas parece que só no seio do modo de produção capitalista é que se autonomizou um procedimento geral de semi-otização de tal capitalização, que se desenvolveu aí segundo os dois seguintes eixos:

- uma desterritorialização dos modos locais de semi-otização de poderes, que ficam, assim, sob o controle de um sistema geral de inscrição e de quantificação do poder;
- uma reterritorialização deste último sistema numa formação de poder hegemônico: a burguesia dos Estados-Nações.

O capital econômico, expresso em linguagem monetária, contabilizável, bolsista, etc., repousa sempre, em última instância, sobre mecanismos de avaliação diferencial e dinâmica de poderes confrontando-se num terreno concreto. Uma análise exaustiva de um capital, seja qual for sua natureza, implicaria, portanto, na consideração de componentes extremamente diversificados, relativos tanto a prestações mais ou menos monetarizadas — por exemplo, de ordem sexual ou doméstica (os brindes, os direitos adquiridos, os “benefícios secundários”, as ajudas de custo, os pecúlios, etc.) — quanto a gigantescas transações internacionais que, sob pretexto de operações de crédito, de